

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Ramirez, Hernán

EMPRESARIOS E POLÍTICA NO BRASIL: O INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E
SOCIAIS (IPES), 1961-1971

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
13, núm. 1, 2009, pp. 209-240

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526877011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

EMPRESARIOS E POLÍTICA NO BRASIL: O INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS (IPES), 1961-1971^{* **}

*Hernán Ramírez^{***}*

Resumo. O artigo aborda a constituição e as formas de ação adotadas pelo Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (IPES), grupo de pressão financiado por empresas, de relevante participação na crise do regime populista e no decorrer do governo autoritário instaurado no Brasil após 1964, cujos membros mais destacados chegaram à condução econômica do país, ocupando postos governamentais e outros cargos relevantes. Entidade que pode ser considerada paradigma de uma nova matriz de relação entre o Estado, as corporações empresariais e os técnicos vinculados fundamentalmente à área econômica, atuando como ponte para desenhar e pôr em prática, seja de forma direta ou indireta, políticas de transformações profundas na estrutura econômica, afastando-a dos modelos desenvolvimentistas para aproximá-la, cada vez mais, dos moldes liberais.

Palavras-chave: IPES; Grupos de Pressão; Política Brasileira.

BUSINESSMEN AND POLITICS IN BRAZIL: THE INSTITUTE FOR ECONOMIC AND SOCIAL RESEARCH (IPES), 1961-1971

Abstract. The article discusses the constitution and forms of action adopted by the Institute for Economic and Social Research (IPES), a pressure group financed by businesses, and which had a relevant participation in the crisis of the populist regime and throughout the authoritarian government implemented in Brazil after 1964, whose most renowned members took the economic reins of the country, filling government positions and other relevant offices. It was an entity that can be

* Artigo recebido em 14/5/2008 e aprovado em 3/7/2008.

** Em diferentes etapas da pesquisa contamos com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*** Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou pós-doutorado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ. Atualmente é Professor Adjunto concursado da Universidade Estadual de Londrina, atuando na área de História da América e como editor da revista Antitese.

considered the paradigm of a relationship matrix with the State, business corporations and the technical experts linked primarily with the economic sector, acting as a conduit to design and put into practice – whether directly or indirectly – policies of profound transformation in the economic structure, distancing it from the developmental models in order to bring it ever closer to the liberal moulds.

Keywords: IPES; Pressure Groups; Brazilian Politics.

EMPRESARIOS Y POLÍTICA EN BRASIL: EL INSTITUTO DE ESTUDIOS ECONÓMICOS Y SOCIALES (IPES), 1961-1971

Resumen. El artículo aborda la constitución y las formas de acción adoptadas por el Instituto de Estudios Económicos y Sociales (IPES). El IPES era un grupo de presión financiado por empresas, con una relevante participación durante la crisis del régimen populista y bajo el gobierno autoritario instaurado en Brasil en 1964, y cuyos miembros más destacados llegaron a la conducción económica del país, ocupando puestos gubernamentales y otros cargos relevantes. La entidad puede ser considerada un paradigma de una nueva matriz de relación entre el Estado, las corporaciones empresariales y los técnicos vinculados, fundamentalmente, al área económica, que actuó como puente para diseñar y poner en práctica, en forma directa o indirecta, las políticas de transformaciones profundas de la estructura económica que llevaron al distanciamiento de los modelos desarrollistas y al progresivo acercamiento de los moldes liberales.

Palabras clave: IPES; Grupos de Presión; Política Brasileña.

A tática é fazer a ação extremista, mas com uma porção de biombos.

Dario de Almeida Magalhães ¹

O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES)² teve participação destacada na oposição ao governo de João Goulart e nas contribuições para com o governo militar que se instauraria após sua queda. No entanto, os trabalhos específicos dedicados a seu estudo têm

¹ Atas do CE do IPES/Rio, 19/6/62.

² Contrariamente ao seu uso mais comum, empregamos a sigla com acento circunflexo, conforme foi registrada oficialmente sua logomarca, que incluía também o desenho de uma árvore estilizada.

tido escassos e a maior parte data de longo tempo. Além da clássica obra de René Dreifuss (1981), outros poucos textos lhe fazem referência parcial (SOUZA, 1981; SIMÕES, 1985; STARLING, 1986; ASSIS, 2001; CORRÊA, 2005).

Assim, uma instituição central que atuou como vértice para o qual confluíram importantes esferas do poder econômico, político e ideológico tem ficado algo esquecida pelo olhar dos cientistas sociais, apesar de ser fundamental para compreender alguns dos principais acontecimentos desse período.

Observamos que, por volta de 1960, a aguda crise política conduziu, paulatinamente, a determinados grupos de empresários ao desenvolvimento de uma progressiva atividade política. Eles viam com preocupação a crescente onda de agitação popular que se engendrava na sociedade brasileira, apressando-se a combatê-la, amadurecendo, no final de 1961, a decisão de criar um órgão que os congregasse para tal propósito.

Em primeira instância, o IPES recrutou uma quantidade importante de membros, com características semelhantes que correspondiam a grupos mais ou menos definidos, procurando representar em parte, mas não totalmente, a sua heterogeneidade³. No entanto, seus interesses não eram totalmente convergentes, existindo entre eles diferenças importantes que foram minimizadas para combater um inimigo comum, geralmente os governos populistas, e a crise econômica recorrente⁴. Motivo pelo qual, vencido o adversário principal e passando alguns de seus membros a exercer funções públicas, essas diferenças puderam se tornar mais fortes, desembocando em cisões ou no afastamento de membros importantes, fruto da implementação de ações divergentes por parte de diferentes membros ou setores da entidade.

Advertimos também que, como o conflito ideológico se converteria em frente de batalha importante, a construção de um discurso

³ A maior parte da pesquisa foi desenvolvida para minha Tese de Doutorado (2005), que contou com bolsa CAPES, e foi publicada posteriormente como livro (2007)

⁴ A heterogeneidade na composição dos membros, assim como os conflitos internos ocorridos no IPES foram abordados no meu projeto de Pós-doutorado, intitulado "Conflitos em três institutos de estudos econômicos vinculados a organizações empresariais do Brasil e da Argentina: IPES, FIEL e Fundación Mediterránea", que contou com bolsa PDJ do CNPq, e cujas conclusões foram incorporadas no referido livro (2007).

que legitimasse suas pretensões era vital. Para isso, o IPES precisou dos serviços de um conjunto de indivíduos tecnicamente competentes, que pudessem traduzir as necessidades e os desejos dos empresários como enunciados cientificamente aceitos e, dessa forma, dar-lhes um marco de legitimidade.

Diferentemente das entidades corporativas de velho cunho, o IPES utilizaria um novo repertório de ações, que seu caráter mais privado e a maior homogeneidade ideológica entre seus associados possibilitaram. Assim, ensaios de persuasão, gratificações, ameaças, montagens de crises e outras ações diretas foram seus recursos mais comuns⁵.

Essas tensões, depois de traduzidas ideologicamente, foram canalizadas em nível político, através de meios diretos de ação sobre os aparelhos de Estado, sendo os mais comuns: a participação na luta eleitoral em períodos democráticos, a utilização do parlamento nos momentos em que ele funcionava, o alento a golpes de Estado e a provisão de membros diretivos ou técnicos para ocupar postos importantes, como ministros e funcionários de relevância nas pastas e diretórios das principais autarquias, empresas e bancos estatais.

E, por último, na medida em que as tensões enunciadas diminuía e a burguesia recompunha seu domínio, observamos que o controle dos aparelhos de Estado voltaria a se realizar através de maneiras indiretas, retornando o seu comando às mãos de políticos profissionais ou burocratas com vinculações menos diretas, enquanto que os empresários re-canalizariam sua ação pela via das organizações corporativas de matriz tradicional, com o que o IPES perdia influência e até mesmo sua razão de ser.

Para responder estas interrogações, pesquisamos em fontes primárias nos acervos do IPES e de Paulo de Assis Ribeiro existentes no Arquivo nacional, em fontes hemerográficas do próprio Instituto, como *Boletim Mensal do IPES*, *Notícias do IPES/SP* e *Boletim Informativo Mensal*, o *Informativo* e *Noticiário*, os três últimos do IPES Guanabara (IPES/GB), e em diversos jornais e revistas.

Também aproveitamos entrevistas próprias ou localizadas em diferentes acervos ou editadas, entre elas as concedidas por Dênio Chagas Nogueira, Octávio Gouvêa Bulhões e Jorge Oscar de Mello Flores a

⁵ As referências sobre o modo de agir do IPES podem ser encontradas na referida Tese (RAMIREZ, 2005) e a maioria delas também na obra de René Dreifuss (1981).

membros do Centro de Pesquisas e Documentação (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e outras a Eli Diniz e a Renato Boschi para uma pesquisa relativa ao empresariado brasileiro⁶.

Apesar das possíveis reflexões de caráter geral, notamos que a história do IPES revela momentos diferentes, que podemos delimitar em torno de quatro períodos, se levarmos em conta aspectos de sua vida interna e da conjuntura política na qual ele se inseria, motivo pelo qual dividiremos a exposição de acordo com essa periodização.

O primeiro momento na vida do Instituto iniciou-se desde pouco antes da fundação do IPES/SP, em 30 de novembro de 1961, e foi até a eleição da diretoria efetuada em 16 de outubro de 1962. Nessa etapa, os sócios dedicaram-se às tarefas de criação, organização interna, expansão externa e lançamento de seu projeto político, que visava fundamentalmente impugnar e desestabilizar o governo Goulart.

Percebe-se desde o início um conflito entre a filial paulista e a carioca, possivelmente pela concorrência entre os grupos empresariais congregados. Os estatutos do IPES/SP foram registrados no ato de sua fundação e teriam sido objeto de críticas pelos cariocas, em especial por reservar os cargos diretivos para os paulistas, o que conduziu à sua alteração na Assembléia Geral Extraordinária, em 16 de outubro de 1962, fruto de uma árdua tarefa de consenso. Na ocasião foi escolhida uma nova diretoria, na qual foram escalados de maneira igualitária representantes de São Paulo e do Rio de Janeiro, mantendo-se o Instituto até o dia 27 de maio de 1964⁷.

Além de demonstrar a força que a seccional carioca ia adquirindo, comprovamos que 10 sócios, dos 16 propostos pela Comissão para conduzir a entidade, iriam permanecer no seu comando até sua dissolução, o que evidencia o amadurecimento alcançado por esse núcleo, seu alto grau de coesão e sua capacidade para disputar o poder interno.

Depois de consolidar sua posição em São Paulo e no Rio de Janeiro, a partir de maio de 1962 sucederam-se viagens de associados do Instituto a diferentes cidades e estados como Rio Grande do Sul, Paraná,

⁶ Em especial as entrevistas de 07/01/1976, 27/01/1976, 11/05/76, 12/05/76, 16/06/76 e 19/11/76.

⁷ As listas com a reconstrução das diretorias foram incorporadas ao anexo da referida Tese (RAMIREZ, 2005).

Minas Gerais⁸ e Pernambuco, bem como outras regiões, que foram integrados às suas atividades, recebendo publicações com frequência, promovendo atividades e remetendo quantias de dinheiro.

Esses grupos eram autônomos em teoria, embora recebessem o mesmo nome, com algum acréscimo, e fossem considerados na prática departamentos do próprio IPES, sendo os de Belo Horizonte e Porto Alegre os mais ativos. Mas, apenas encontramos referências isoladas, razão pela qual se torna difícil saber seu destino. No entanto, o grau de estruturação alcançado e a participação política desenvolvida em alguns casos foram bastante elevados, sabendo-se que o IPESUL sobreviveu pelo menos até 1970.

Conjuntamente com as diferenças regionais, as clivagens dentro do IPES possuíam características das mais diversas, que podiam ser setoriais, étnicas, geracionais, de *status* social e até pessoais.

Um dos indicadores das características de seus membros é constituído pelas contribuições, que, embora não sejam definitivas devido à realização de aportes não declarados, são indicativos do compromisso de diferentes frações e setores de classe. Em 1962, segundo o ramo de atividade, correspondiam em mais de 72% à indústria, 12% ao comércio, quase 7% aos bancos e empresas de seguros, mais de 6% aos serviços, pouco mais de 1,5% às atividades agrícolas e valor idêntico a contribuições diversas.

Mesmo que o Instituto colhesse adesões entre empresas de capital nacional, passou por dificuldades para conseguir aportes de firmas de capitais transnacionais, pelas desconfianças que despertavam na população e nos pares brasileiros, e dos ruralistas, segmento refratário às atividades do IPES, a não ser por contatos pontuais com usineiros, devido principalmente às idéias de reforma agrária sustentadas pelo Instituto.

Muitos representantes corporativos de diversos segmentos ingressaram nas fileiras do IPES, convertendo-as, às vezes, em seus instrumentos. Antes do golpe de 1964 encontramos dirigentes da maior parte das organizações corporativas da indústria, do comércio e dos bancos dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como outras dos estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

⁸ O livro de Heloisa Starling (1985) aborda em detalhes a participação do IPES em Minas Gerais.

Vários militares de alta patente fizeram parte de seu pessoal diretivo e administrativo, interação estratégica entre segmentos civis e militares que possibilitava uma imbricação entre os interesses da burguesia local com os do Estado e os das Forças Armadas.

Outro dos fatos importantes foi a relação com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Embora ela tenha sido nebulosa, existia um *modus vivendi* de colaboração informal entre as entidades⁹, demonstrado em atividades conjuntas, entre elas, a discussão das leis sobre a remessa de lucros e da reforma agrária, o projeto sobre casas populares, diversas publicações e nas articulações das eleições de 1962, assim como na circulação de um grupo comum de pessoas, entre as quais se destacam José Arthur Rios e Chagas Nogueira.

Essa parceria *sui generis* entre o IPES e o IBAD se estenderia até agosto de 1963, quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) determinou a suspensão do funcionamento do IBAD por três meses, aviso prévio para seu fechamento ao final desse prazo, decisão que também provocou a fuga do país de seu condutor, Ivan Hasslocher. Nesse processo, o IPES ficou isento de acusação formal, depois que seu presidente escondeu habilmente as ligações¹⁰ e, após essa última medida, passou a ocupar o lugar deixado vago pelo IBAD, para o qual dispunha de uma sólida estrutura, vultosos recursos e uma imagem pública menos comprometida.

O segundo momento da história do IPES estendeu-se de 16 de outubro de 1962 até 27 de maio de 1964, quando a seccional carioca se separou, originando o IPES/GB. Essa etapa mostra o Instituto na sua fase de amadurecimento organizativo e esplendor político, num momento de atijamento da luta que incentivava a participação massiva dos empresários como sócios e/ou contribuintes.

A partir desse momento, o IPES cristalizou sua estrutura organizativa, que passou a ser composta por um Comitê Executivo (CE),

⁹ Antônio Garrido Torres expressava: “É nossa intenção proceder do mesmo modo em relação à reforma agrária e ao problema da casa popular. Esses dois projetos estão sendo financiados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática e, graças ao ‘modus vivendi’ combinado, serão discutidos por equipes de empresários e técnicos no IPES” (ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL, 1962).

¹⁰ João Baptista Leopoldo Figueiredo, em seu depoimento perante a CPI, declarou que: “não há ligação entre o IPES e o IBAD”, atribuindo à má fé a confusão feita com as duas instituições. *O ESTADO DE S. PAULO*, 1963. IPES *BOLETIM MENSAL*, 1965).

um Comitê Diretor (CD) e um Conselho Orientador (CO), convocando-se uma Assembléia Geral Ordinária anual, que detinha as maiores atribuições estatutárias, como poder de modificar seus estatutos e encerrar suas atividades, podendo chamar a outras assembléias em caráter extraordinário.

O CE era composto por quatro a oito membros e exercia a direção administrativa, executando as decisões dos CD e CO. O CD estava estruturado com base em 20 membros fixos, correspondendo 10 a cada seccional, São Paulo e Rio de Janeiro, com outros 10, escolhidos entre os membros ativos que supervisionavam os Grupos de Estudo e Ação (GEA), ficando responsáveis pela escolha dos membros dos CE. O CO era composto de 40 membros e se encarregada de elaborar as linhas de orientação, ratificar as diretrizes políticas vigentes, eleger o CE e estabelecer a estrutura institucional. Também existia um Conselho Fiscal (CF), composto de três membros titulares e três suplentes, que eram assessorados por contadores.

Conjuntamente com seus órgãos diretivos centrais, o IPES contava com uma cadeia de unidades operacionais cujo número variaria com o tempo, por meio do qual atuaria em diversos setores da sociedade civil e dentro dos próprios aparelhos de Estado.

O Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC) operava no Rio de Janeiro e também se chamava Grupo de Pesquisa, era responsável pelo planejamento estratégico e pela obtenção de informações. Estava encarregado de acompanhar os acontecimentos nas mais amplas áreas e setores, indicar áreas de preocupação para os Grupos de Estudo e Grupos de Doutrina e fixar diretrizes a curto e a longo prazo para suas manobras.

Esse grupo foi liderado pelo general Golbery do Couto e Silva até junho de 1964 e escrutinava a produção diária da imprensa do país, em um total aproximado de 14.000 unidades anuais, e uma ampla diversidade de livros, revistas e outras publicações. Também se encarregava de obter informações e atuar dentro dos I e III Exércitos. Esse grupo ainda produzia relatórios semanais de suas atividades e das dos outros GEA, aos quais fornecia avaliações da situação política, e uma média mensal de quinhentos artigos para serem divulgados na imprensa, palestras e panfletos; distribuía entre os militares uma circular bimestral sem identificação, que analisava a atividade “comunista” no país; compilava dossiês de indivíduos e grupos e distribuía um mapa que identificava a

estrutura e as pessoas-chave das supostas organizações subversivas. Em maio de 1962 tinha um orçamento aproximado de 12 milhões de cruzeiros.

Em São Paulo, foi formado o Grupo Especial de Conjuntura (GEC), baseado no GLC, no entanto estava mais orientado para a ação direta. Encabeçado pelo general Agostinho Cortes, encarregava-se do Setor de Exército e Informação do IPES/SP, suprindo com informações a liderança e os GEA dessa seccional e coordenando as atividades encobertas do IPES e das várias conspirações de facções militares na área do II Exército, para o que recebia orientação do Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo e mantinha comunicação diária com o GLC.

Vinculada ao GEC encontrava-se a Unidade de Planejamento, surgida pela necessidade de que um núcleo se especializasse em orientação e desenvolvesse um plano para coordenar as ações. Através dela, forneciam-se diretrizes básicas aos diferentes GEA, que tinham, inicialmente, inteira autonomia para cumprir seus objetivos.

O Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP), ou Escritório de Brasília, funcionava como um canal entre o IPES e sua rede no Congresso. O grupo procurava apoio para os projetos patrocinados pelo Instituto e operava como uma força-tarefa contra o governo e a sua base, possibilitando a preparação de manobras mais amplas, ganhando tempo para que outras forças e grupos se preparassem e desenvolvessem suas atividades. O GAP mantinha um escritório político chefiado por Mello Flores, que funcionava com o da FIESP, entidade que lhe fornecia cobertura institucional e assistência material, e também recebia aportes financeiros do IPES/Rio e do IPESUL.

Além desse grupo, as seções do Rio de Janeiro e de São Paulo tinham suas próprias “engrenagens no Congresso”, sendo todo coordenado por Mello Flores. Paralelamente alguns empresários operavam no Parlamento, através de seus próprios instrumentos de pressão, colocados à disposição do Instituto.

O Grupo de Opinião Pública (GOP) encarregava-se de difundir o pensamento do IPES de maneira abrangente e de ser um vínculo com a sociedade civil, planificando ações como a disseminação de declarações feitas pelo Grupo de Estudo e Doutrina do Rio e pelo Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo, a “projeção de doutrina” e a retro-alimentação com avaliações e dados que eram fornecidos ao GLC.

Esse grupo distribuía uma quantidade imensa de livros e panfletos, remetia cartas e telegramas e fazia um grande número de chamadas telefônicas, recorrendo aos meios massivos de comunicação para estabelecer uma rede informal de estações de rádio e televisão favoráveis às opiniões do IPES e opositoras ao governo que, em novembro de 1962, totalizavam aproximadamente três mil veículos.

Relacionado operacionalmente com o GOP estava o Grupo de Publicações/Editorial (GPE). Através dele o IPES inseria na imprensa comentários, debates e opiniões, elaborava editoriais, divulgava notícias e artigos feitos por agências especializadas, transformando a disseminação de literatura “democrática” em uma de suas funções cruciais, tarefa para a qual se recorreu também a esforços do Grupo de Estudo e Doutrina e até mesmo contribuições do exterior.

Para atingir esse objetivo registramos ainda iniciativas individuais de membros do Instituto, proprietários de companhias editoras, o que demandou mais tarde a criação do Centro de Bibliotecnia (CB), como forma de concentrar os esforços, o qual passou a se encarregar especificamente das publicações, com um comando independente, mas hegemonizado por representantes do IPES.

O Grupo de Estudo e Doutrina (GED) era constituído por um conjunto de unidades de pesquisa, preparava estudos que formavam a base para teses e diretrizes de longo prazo e fornecia materiais para o GLC e o GPE. Suas prioridades políticas eram estabelecidas pelo CE e diretores do IPES, em composição com o GLC e o GAP.

Em São Paulo, o GED invertia seu nome, denominando-se Grupo de Doutrina e Estudos (GDE), enfatizando assim seu principal objetivo. Além da projeção da doutrina, coordenava a participação dos membros do IPES em palestras e eventos e supervisionava sua participação na mídia. Seu orçamento básico era de 25 milhões de cruzeiros por ano, recebendo ainda ajuda adicional para projetos específicos.

Por último, o Grupo de Integração (GI), ou Setor de Ação Empresarial, tinha como objetivos recrutar membros, envolvê-los progressivamente na ideologia e atividades do Instituto e arrecadar a maior parte dos fundos, ainda que essas tarefas também fossem realizadas pelos demais grupos, para o que se promoviam reuniões, mesas de integração, debates, conferências e encontros de pequenos grupos.

Conjuntamente com a tarefa de arrecadar recursos, o IPES defrontou-se com um sério problema de caráter político. Depois da instalação da CPI do IBAD, a “limpeza” dos fundos, tanto no que se refere ao doador como ao receptor, converteu-se num problema central, precisando-se atuar com grande precaução nesse sentido.

Muitas das doações, em dinheiro ou espécie, não eram transmitidas de forma direta pelas empresas, mas através de associações de classe ou outras subsidiadas pelo IPES/Rio, que emitiam recibos para cobrir as contribuições de São Paulo. Pequenas filiais batizadas como “Ipesinhos” favoreciam essas contribuições, assim como o pagamento por “seminários” ou “consultorias”.

O IPES também recebeu contribuições individuais, inclusive das esposas de seus membros e de outras senhoras da sociedade. Outro mecanismo ágil, encontrado para esse fim, foi a arrecadação através de projetos especiais com propósitos e prazos determinados, como foi o caso Gammon.

Esse artifício permitia ao Instituto dispor de uma massa de recursos não declarada publicamente, com a qual podia cobrir as despesas “invisíveis”, em particular as de propaganda e relações públicas, atividades na quais se encontravam vinculadas agências de publicidade.

Os aportes de empresas e organizações transnacionais traziam outras dificuldades, tanto no âmbito legal quanto no ideológico. Como as decisões se centralizavam, na maioria das vezes, nas casas matrizes, isso dificultava a agilidade dos aportes; e devido ao fato de que as empresas transnacionais, em especial as norte-americanas, tinham-se transformado em ponto medular do confronto ideológico, a transcendência de qualquer vinculação entre elas e o Instituto gerava flancos vulneráveis a possíveis ataques.

De todas as formas, em março de 1962, na cidade de São Paulo, umas cinquenta empresas privadas, mais tarde aglutinadas no *Council for Latin America* (CLA), decidiram criar o Fundo de Ação Social (FAS), que se converteria em um dos maiores contribuintes do IPES. A maioria delas era do ramo farmacêutico, preocupado com a nova lei que criava a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), e que, através de David Beaty III, teria aportado sete milhões de dólares procedentes de Nassau. A apelação a um espectro desse tipo como recurso para amedrontar empresas a liberarem fundos foi empregado em grande escala pelo Instituto.

No final desse ano, registram-se aportes de 207 corporações americanas e um número significativo de companhias inglesas. Empresas e fundos alemães, como o Konrad Adenauer Stiftung, órgão do Partido Democrático Cristão, contribuíram por intermédio do complexo siderúrgico Mannesmann e da Mercedes Benz. Entre 1967 e 1968, ocorreram contatos entre o IPES/SP e a Fundação Friedrich Naumann, que patrocinou seminários e conferências, e ainda foram procurados aportes de empresas de outras origens, especialmente suecas e belgas.

Grande parte da participação dessas firmas estrangeiras era canalizada para a seção de São Paulo, o que acarretou atritos com a do Rio de Janeiro, que se somaram aos existentes, e, no momento da separação, foram disputados intensamente por ambas as seções.

A complexidade gerada pela quantidade e formas de contribuições recebidas, assim como as implicações desse assunto, fez o Instituto atuar com muita precaução. Esse fenômeno é percebido já no final de 1962, com a troca de nome de diversas rubricas nos orçamentos e a indicação aos contadores do Instituto a preparar uma “prestação de contas-padrão” para orientar os diversos grupos¹¹.

Conjuntamente a se estruturar, o IPES articulou um conjunto amplo de idéias e imbuíu seus membros de uma filosofia mais ou menos comum para se inserirem no conflituoso campo político. Suas linhas de pensamento eram discutidas em palestras, conferências, cursos, seminários, congressos, debates, seções de leituras, projeção e produção de filmes, entre outras atividades. Mas, diferentemente de outros centros de estudos e pesquisas, o IPES não teve como objetivo inicial a formação de quadros de alto nível. Sua tarefa, nesse sentido, restringiu-se a recrutar membros já formados nos seus respectivos campos, como empresários, intelectuais, burocratas e militares.

A realização de estudos foi uma das atividades prioritárias do Instituto. Os trabalhos eram discutidos em reuniões amplas como forma de articular o discurso interno e promover suas atividades. Quatro se destacariam: os estudos acerca das Reformas de Base, um Ciclo de Debates, o Fórum de Educação e um fracassado estudo sobre Entraves Governo-Empresas.

Entre 1962 e 1963, o Instituto desenvolveu análises sobre uma ampla gama de políticas públicas, conhecidas como Reformas de Base,

¹¹ Atas do CE e da CD do IPES/SP, 27/11/62; e Atas do IPES/SP, 11/9/62.

fundamentais para a reforma integral do Brasil, com o propósito de participar no debate ideológico e constituir-se num contrapeso às propostas advindas de outros setores. Nessa tarefa envolveu grande parte de seus quadros e articulou-se com outros institutos de pesquisa, como o IBAD, nos casos da Reforma Agrária e da Habitação Popular, e a FGV, nos da Reforma Administrativa e da Reforma Tributária.

Esses estudos começaram com propostas de atualizar a legislação empresarial vigente, visando uma modernização no setor que permitisse articular interesses entre distintas frações burguesas e o proletariado, assim como com o próprio Estado. Entre eles, destacam-se os trabalhos sobre “Legislação Anti-trust”, “Remessa de Lucros e Reforma Bancária”, e os Projetos de Lei de “Venda aos Interesses Privados das Ações do Governo em Empresas Estatais”, “Reforma Tributária e Política Fiscal”, “Código de Telecomunicações”, “Democratização do Capital, Participação dos Empregados nos Lucros das Empresas e 13º”; e “Habitação Popular”.

A reestruturação institucional entrou em pauta com a realização de um estudo sobre a “Reforma Constitucional”, dividido por poderes: “Reforma do Legislativo e da Administração Pública”, “Reforma Judiciária” e “Reforma Eleitoral”.

O projeto de “Reforma Agrária”, concebido em parceria com o IBAD, provocou alguns atritos entre as seções dos IPES/Rio e IPES/SP, já que a sugestão inicial propiciada pela liderança política carioca satisfazia aos setores agroindustriais, mas parecia demasiado drástico para os interesses dos proprietários de terras da filial de São Paulo.

Também outros problemas estruturais da economia brasileira foram abordados. Direcionaram-se nesse sentido o trabalho sobre “A participação das empresas governamentais na formação do produto nacional” e “Inflação e suas Causas”, encomendado a Chagas Nogueira.

Em janeiro de 1963 foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro para a definição de Reformas de Base, na Faculdade de Direito de São Paulo, que em sete dias de sessões contou com um público estimado em 22 mil pessoas. Promovido pelo *Correio da Manhã* e pela *Folha de São Paulo* e organizado pelos GED e GDE, o congresso envolveu trezentos participantes na discussão de mais de cinquenta tópicos e oitenta propostas de diretrizes políticas, verdadeiro programa de governo que, em grande parte, foi implementado após 1964.

Por outro lado, o IPES demonstrou interesse na disseminação ideológica, doutrinação e socialização de seus associados mediante a realização de cursos, como modo de aproximar segmentos diferentes da classe empresarial e outros grupos, de forma a “conviverem” intelectualmente¹².

No início, os cursos eram alocados em diversas organizações através de seu GES, com o apoio do GI e do GED do IPES/Rio e patrocinadores, dentre os quais se encontrava a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Nesses cursos eram abordados problemas políticos e econômicos apresentados por associados do Instituto e frequentados por industriais, banqueiros, técnicos e militares, selecionados com a pretensão de cobrir as associações de interesses classistas.

Embora muitos tivessem vida efêmera, dois deles teriam uma sequência prolongada, sob as denominações genéricas de Curso de Atualidades Brasileiras (CAB) e Curso Superior de Atualidades Brasileiras (CSAB), com formatos semelhantes.

O CAB estava sob responsabilidade de Oswaldo Breyne da Silveira e foi lançado pelo GES em setembro de 1963 para discutir temas da atualidade, que eram abordados por uma extensa lista de conferencistas, sendo sua primeira série encerrada em dezembro.

No plano geral do primeiro CSAB se adotava um modelo de curso ministrado duas vezes por semana, de julho a novembro, com um total de 34 aulas. A equipe encarregada de ministrá-lo compreendia um seleto grupo de professores que recebeu o apoio do GES para custear suas despesas fixas, calculadas em torno dos 600.000 cruzeiros mensais. A primeira turma foi composta por 45 estudantes, dentro do perfil imposto pelo Instituto a fim de cooptar membros pertencentes aos aparelhos de Estado e de outras classes e segmentos.

Entre 1963 e 1965, o IPES realizou quatro cursos similares, contando com um currículo básico e com uma duração de três meses, organizados em três ciclos diferentes, destinados a revisar conceitos básicos nos campos da economia, sociologia e política, bem como “estudar os aspectos principais da conjuntura nacional” (ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL, 1963a, b, c).

¹² Atas do IPES, 28/11/62.

Desde fevereiro de 1965 o CAB passou a cobrar taxa, com impacto nas matrículas e em abril daquele ano foi designado o general Fernando Montagna Meirelles como seu diretor. De março a agosto de 1967 se previram mudanças curriculares, passando-se a enfocar aspectos relacionados ao incremento da produtividade, com o que se buscava prolongar sua vida, embora sua desativação definitiva tenha ocorrido em 1968.

A promoção de conferências e palestras foi outra das atividades prediletas do IPES para divulgar sua obra, insuflar espírito de corpo e agradar pessoas das quais pretendia obter favores. Geralmente, ocorriam no interior do CO ou eram reunidas em ciclos.

Para serem eficazes, além de elaboradas, as idéias deviam ser difundidas o mais amplamente possível entre diferentes setores da sociedade, constituindo essa uma das preocupações centrais dos sócios do Instituto, que empregariam um extenso repertório de opções para sua consecução, como a publicação de materiais impressos nos formatos de livros, jornais, revistas, boletins e panfletos e a utilização de meios massivos de comunicação, que incluíram rádio, televisão e cinema.

Num primeiro momento, o IPES encontrava-se basicamente preocupado com a agitação política, para isso desenvolveu uma ostensiva campanha de impressão e divulgação de materiais anticomunistas e anti-populistas nos quais louvava o capitalismo, divulgando uma extensa lista de títulos próprios e de outras procedências.

Outro esforço editorial do Instituto constituiu-se na inserção de encartes em jornais, como a impressão de um milhão de cópias da "Cartilha para o Progresso", promovendo as benesses da Aliança para o Progresso, "O que é o IPES", que circulou com o anterior, e um comentário sobre a encíclica *Mater et Magistra*, com tiragem similar.

Segundo estimativas, entre livros, encartes e panfletos se editaram 182 milhões de unidades, para o que o Instituto contou com a colaboração de numerosas empresas, instituições e organismos oficiais, nacionais quanto estrangeiros, bem como de editoras a ele vinculadas, dentre as quais as ligadas à Igreja Católica foram as mais ativas.

O Instituto manteve a edição irregular de um periódico. O *Boletim Mensal do IPES* foi lançado em setembro de 1962 com uma média de quarenta folhas dedicadas a expor notícias institucionais e artigos de associados, pessoas de confiança e estrangeiros, para promover a defesa

da iniciativa privada e atacar duramente o governo. Sua tiragem inicial foi de dois mil exemplares, passando a três mil a partir de setembro de 1963.

Embora não fosse especificado, essa era uma publicação do IPES/Rio, dado que após o divórcio vincular, em julho de 1964, o IPES/SP passou a contar com um veículo de divulgação próprio, que levou o nome de *Notícias do IPES SP*, constando sua edição até o ano de 1965, com pelo menos quinze números lançados.

Em novembro de 1965, o IPES/GB começou a produzir modificações no seu *Boletim*, desde maio de 1966 passou a editá-lo semestralmente na própria instituição, em março de 1967 voltou a circular de maneira mensal e em janeiro de 1968 seu formato ficou ainda mais reduzido, adotando o nome de *Boletim Informativo Mensal*. Outros sucedâneos foram o *Noticiário IPES/Gb*, que circulou o em 1968, e o *Informativo IPES/Gb*, que o fez entre 1968 e 1969. E, entre 1968 e 1969, o CB teria editado seu próprio veículo de divulgação.

Depois de descartar a compra de um jornal, o IPES articulou meios gráficos e audiovisuais em diversos estados e até do exterior para seus propósitos, por considerar a alternativa mais segura e menos onerosa. Muitos dos donos ou jornalistas desses veículos participaram pessoalmente, na divulgação de suas idéias, de forma gratuita ou alugando espaços, sem envolver o Instituto diretamente.

Em paralelo, o IPES procurou influir em programas jornalísticos para rádio e televisão através de aportes financeiros a uma série de programas políticos, nos quais seus GED preparavam a linha de argumentação. Destacam-se a série de programas de reportagens “Peço a Palavra”, transmitidos pela TV Cultura, assim como a agência de notícias Planalto, que fornecia material a 800 jornais e emissoras de rádio por todo o Brasil, embora essa relação ainda seja quase que desconhecida.

Assim, o complexo opositor conseguiu formar uma rede de emissoras que fizeram contraponto à “Cadeia da Legalidade”, montada por Leonel Brizola, a qual, além de possibilitar a veiculação de produtos próprios, serviu para divulgar, com alcance nacional, manifestos, discursos e pronunciamentos em oposição a Goulart.

O Instituto também elaborou uma charge intitulada “Diálogo Democraticus”, publicada nos jornais *O Dia*, *A Luta Democrática*, *Última Hora* e *O Globo*. Cartum que enfatizava os valores da iniciativa privada, da produtividade e da pluralidade política, assim como propugnava a rejeição a diretrizes políticas consideradas estatizantes ou socialistas.

Também o IPES exibiu e produziu filmes de conteúdo político. Onze foram concretizados e cinco encontravam-se em preparo, tendo também patrocinado outros¹³. No final de 1962, o Instituto mantinha uma seção de filmes duas vezes ao dia para os contribuintes e, em julho de 1963, instalou uma sala de projeções em sua sede, estendendo essa atividade para fora do local, com o propósito de atingir um público mais vasto.

Em setembro de 1962, o Instituto começou um programa de projeção de filmes infantis patrocinado pelo GI; em outubro de 1962, passaram a ser exibidos filmes em bairros operários, geralmente com o apoio de pessoas ou instituições vinculadas à Igreja. Também com o apoio de gerentes e proprietários eram projetados para os trabalhadores nas fábricas dos centros industriais das grandes cidades e foram apresentados em círculos da elite, como entidades industriais, comerciais e universitárias.

Para se opor ao governo Goulart e posteriormente dar apoio ao regime militar, o IPES manteve relações com diversos segmentos sociais, como militares, políticos, empresários de diversas frações, profissionais, donas-de-casa, funcionários públicos, movimento estudantil, trabalhadores e camponeses, Igreja católica e organizações internacionais, privadas e estatais, preferencialmente norte-americanas e multilaterais.

Como as Forças Armadas adotaram para si um papel moderador e estavam profundamente divididas, o IPES procurou desempenhar um função articuladora no setor, mantendo ligações com militares da reserva e da ativa, aos quais proporcionava locais sigilosos onde podiam se reunir, tendo assim uma fonte de avaliação política e um fluxo permanente de comunicação com militares de regiões mais distantes.

O elo mais importante era o general Golbery, contratado pelo IPES no final de 1961, ele também teve papel central na articulação da campanha contrária a Goulart dentro das Forças Armadas e atuou como eminência parda depois do golpe de 1964. Suas atividades estavam centralizadas no GLC, convertido no epicentro da articulação civil-militar, para o qual confluíam grupos espalhados pelo país.

Através do GAP, o IPES coordenou sua atividade no âmbito parlamentar, ajudando a organizar e financiar a Ação Democrática

¹³ A produção fílmica do IPES foi abordada por Denise Assis (2001) e Marcos Corrêa (2005).

Parlamentar (ADP), tendo na dupla Hasslocher, do IBAD, e Mello Flores, do IPES, seus mais importantes articuladores. Os eventos de maior relevância dos quais participou foram: a rejeição por parte da Câmara dos Deputados à nomeação de San Tiago Dantas para o posto de primeiro-ministro de Goulart, as eleições de 1962 e as discussões em torno das Reformas de Base.

Como a Igreja constitui um influente canal de doutrinação e legitimação, diferentes membros do IPES tiveram contatos fluídos com personalidades do mundo religioso, declarando-se o Instituto um conspícuo defensor das normas da civilização ocidental cristã, reeditando a clássica aliança entre o Dinheiro, a Cruz e a Espada, sintonia que foi plasmada em convênios de cooperação assinados com entidades católicas.

Vinculado ao religioso, o significado da mulher como potencial aríete foi rapidamente percebido pelo IPES. Nos primeiros meses de 1964 organizações femininas e grupos católicos de cunho familiar encabeçaram a ação cívica contra o governo, muitos dos quais eram assistidos financeira, política e organizacionalmente pelo Instituto.

O movimento estudantil também despertou as atenções do IPES, em especial pela crescente onda de agitação nesse setor, em nível nacional e internacional, alcançando seu ápice no emblemático ano de 1968. A atividade teve como foco central a União Nacional dos Estudantes (UNE), envolvendo-se nas eleições daquele ano, e se estendeu também a outras organizações estudantis universitárias ou secundaristas.

A preocupação do Instituto com o movimento operário foi visível, mas tinha cunho paternalista, que girava em torno da “função social do capital” e concedia ao trabalhador posição subordinada, pedagogicamente conduzido pelo empresariado, processo ao qual poucas organizações operárias se submeteram. Por essa razão, os contatos foram restritos, com destaque para os Círculos de Operários Católicos, envolvendo campanhas de alfabetização, treinamento de líderes sindicais e escolas de doutrinação política.

Os empresários perceberam os desafios que o movimento camponês representava, mas isso ocorria num setor dominado por uma oligarquia recalcitrante e refratária a mudanças, motivo pelo qual o papel do IPES foi secundário, correndo praticamente todas as ações por conta do IBAD, concentradas no estado de Pernambuco.

Com o propósito de participar no movimento comunitário, o IPES constituiu um Setor de Trabalho Social, no Grupo de Atividades

Sociais, através do qual fazia filantropia e assistencialismo, como aqueles do Corpo de Assistentes Sociais (CAS), que fornecia recursos materiais e humanos em favor das reivindicações populares de serviços.

Estrategicamente o IPES procurou inserir-se no contexto internacional, marcado pela Guerra Fria. Agências governamentais e fundações dos Estados Unidos mantiveram relações fluídas com o Instituto. As atividades dessas organizações foram numerosas durante os anos sessenta, sobressaindo-se a Embaixada Americana e o Council for Latin American (CLA), com a figura de Nelson Rockefeller num primeiro plano.

A partir do dia 27 de maio de 1964 e até 1967, durante o seu terceiro período, o IPES tentou se re-posicionar na nova conjuntura. Após a separação, as filiais do Rio de Janeiro e, em menor medida, de São Paulo procuraram novos rumos com o intuito de encontrar funções mais adequadas para o Instituto, tendo apoio dos detentores do poder político, que compareciam maciçamente aos eventos, situação que se estendeu até 1968, momento de mudanças na administração militar, quando a ala *sorbonnista* cedeu lugar à “linha-dura”, momento a partir do qual diminuiu a presença de autoridades no IPES.

Com o golpe de 1964 deu-se uma verdadeira colonização dos cargos estatais por parte de membros do Instituto. Eles estiveram presente durante toda a ditadura militar à frente da Casa Civil e da Casa Militar, do SNI, e dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Órgãos Regionais e esporadicamente no Ministério da Justiça e do Trabalho e Previdência Social, assim como em inúmeros órgãos, bancos e empresas estatais e também chegaram à Presidência do país dois generais vinculados ao IPES, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Esse último tinha desempenhando tarefas no Instituto, assim como possuía laços familiares com seu presidente, João Baptista Leopoldo Figueiredo, de quem era sobrinho; enquanto que Geisel esteve vinculado de forma mais difusa.

A separação institucional das duas filiais provocou um distanciamento na ação, embora membros do IPES/SP, como seu presidente, continuassem comparecendo às reuniões do IPES/GB e se mantivessem contatos até o encerramento das atividades do Instituto paulista, em 1969. As mudanças organizativas foram escassas e a maioria

correspondeu a pequenos agregados ou modificações de pouca importância na estrutura existente.

Em agosto de 1964, criou-se a Associação dos Diplomados do IPES (ADIPIES), para arrebatar e motivar os frequentadores dos cursos, assim como obter uma base com a qual suprir de pessoal o governo, mediante a atualização e cooptação de elementos. Demonstrando a preferência por modelos inspirados em instituições militares, para funcionamento da ADIPIES se adotaram os Estatutos da ADESG, da qual alguns membros do Instituto foram seus presidentes. Mas, a iniciativa languesceria aos poucos, uma vez passado seu impulso inicial.

Entre outras conquistas do IPES, encontramos a concessão do Decreto de Utilidade Pública por parte do governo federal, no dia 7 de novembro de 1966, decisão que lhe garantiu benefícios fiscais e outros tipos de favores governamentais.

Não obstante esses triunfos, no final de 1966, as disputas da sucessão presidencial brasileira provocaram mudanças na estrutura do Instituto, que se envolveu novamente na luta política. Sua diretoria tratou de reorientar taticamente os GEA, embora a única transformação efetiva fosse realizada em maio de 1967, quando o Grupo de Educação Seletiva (GES) passou a se denominar Grupo de Cooperação com as Empresas (GCE).

O esforço por promover eventos por parte do IPES foi continuado após o golpe de 1964 com a organização de um ciclo de debates entre representantes do governo federal e membros da iniciativa privada, realizado no transcurso de 1966, sendo convidados vários ministros e altos funcionários. Paralelamente, foi promovido um congresso de economia, que contou com a assistência de membros do governo e personalidades do âmbito nacional e internacional.

A descontinuidade dos cursos e sua dispersão temática levariam o Instituto a procurar uma solução para esses problemas, encontrando nos cursos PERT, cuja sigla não foi possível decifrar, e no Curso Superior de Estudos Financeiros (CURSEF), implementado no período final, duas expressões de sucesso.

Em 1966 deu-se início ao primeiro curso, que contou com as modalidades: Básico, Tempo e Custo. Até 1970 foram realizados de dez a vinte unidades anuais, congregando uma média de trinta alunos por turma. Esses cursos tinham a vantagem de ser oferecidos a empresas, que os patrocinavam, ou a grupos de pessoas interessadas, e de contar com

autorização e financiamento oficial, mediante convênio com o Programa Industrial (PI) do MEC, em cuja conquista o Instituto demonstrou que possuía um *lobby* invejável.

Quanto às tarefas editoriais, elas preteriram para um segundo plano a obsessão pelo combate ao comunismo e ao populismo, exceto durante 1968, momento de agitação estudantil e política, e passaram a adotar uma estratégia de maior autonomia. O que provocou uma excessiva diversificação, circunstância que se tornaria problemática.

Encontrar uma data limite para o início do quarto e último período foi difícil, já que sua etapa de decadência foi longa e penosa, ocasionada por uma sequência de decisões fatais para a instituição, as quais colocaram em evidência tanto dificuldades em manter e recrutar sócios e patrocinadores, quanto em definir um rumo apropriado às atividades, o que demonstravam problemas estruturais que o IPES/GB não conseguiu resolver.

Uma das maiores realizações do IPES/GB desse período foi a criação do CURSEF. Em agosto de 1967, Gilberto Huber Jr., presidente do grupo Listas Telefônicas Brasileiras (LTB), propôs à Diretoria do Instituto criar um curso para formar especialistas de nível superior na área de finanças para empresas. O projeto se concretizou no dia 29 de dezembro de 1967, mediante a subscrição de um Convênio Preliminar entre as partes.

No primeiro semestre do ano seguinte tiveram início as tarefas de montar o currículo do curso, encontrar um diretor, professores e patrocinadores, proceder à seleção dos alunos e obter reconhecimento oficial. Trazer professores qualificados da Europa e dos EUA, como se pretendia, tornou-se uma tarefa difícil, razão pela qual conseguiram apenas um punhado de profissionais recrutados em universidades periféricas desse último país e as vagas restantes foram preenchidas por representantes locais.

Conseguir patrocinadores tampouco foi tarefa simples. Gilberto Huber Jr. tinha a idéia de que os presidentes dos bancos Central, do Brasil e BNDE poderiam servir como *trailers* ou elementos catalisadores da participação de outras empresas. Mas, foram outras firmas e instituições, em especial vinculadas com o estado do Rio de Janeiro e de membros associados ao Instituto, que finalmente desempenharam essa tarefa.

Restava ainda resolver a questão do reconhecimento do diploma concedido pelo curso por parte do Banco Central, para que o formado se pudesse desempenhar como auditor autônomo. Após árdua pressão e um entendimento do Instituto com o presidente do Banco, esse pedido foi concedido, ficando o caminho livre para dar início às atividades.

Depois de veicular publicidade no *Jornal do Brasil*, o curso teve 300 candidatos inscritos, que, uma vez realizados exames psicológico, médico e de referências pessoais, ficaram no número de 27. Como a dedicação dos alunos era integral, recebiam uma ajuda financeira mensal de NCr\$ 700, a ser reembolsada em 36 mensalidades a partir de outubro de 1970. As aulas regulares iniciaram em outubro de 1968 e tinham final previsto para março de 1970. Os alunos deviam cursar 1.004 horas-aula, distribuídas em 22 disciplinas, e 135 horas-aula de aperfeiçoamento em idiomas, com mais 54 dias úteis de estágio em empresas.

Não obstante esse relativo êxito, os problemas iniciais do CURSEF continuaram e, até se potencializaram, sendo constituído, em dezembro de 1969, o Instituto Superior de Estudos Financeiros (ISEF), uma sociedade entre o IPES/GB e as empresas patrocinadoras do CURSEF, que se ocuparia dos assuntos do curso, deixando o controle de seu Conselho Orientador em mãos de associados do Instituto.

Essa solução encontrada para resolver os desafios ocasionados pelo funcionamento do curso teria efeito limitado e, em abril de 1969, foram iniciadas negociações com a FGV, decidindo-se que o CURSEF passaria para sua órbita em maio daquele ano, tendo previsto celebrar-se um convênio com grande solenidade para o dia 2 de dezembro de 1969, desfazendo-se, assim, o IPES de sua mais importante criação após 1964.

Outra realização notória foi o Fórum de Educação¹⁴, organizado em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), sob o patrocínio do Jôquei Clube Brasileiro e da firma Klabin Irmãos SA, entre outubro e novembro de 1968. O evento contou com a participação de personalidades que se relacionavam com o Instituto de longa data, foi amplamente coberto pela imprensa local e deu origem ao livro *A educação que nos convém*, contendo as palestras proferidas e conclusões alcançadas, cuja edição contou com a colaboração das entidades patrocinadoras mais a APEC Editora SA. O Fórum tinha como preocupação a crescente agitação no meio estudantil, nacional e

¹⁴ A temática educativa do IPES, na qual o Fórum se inseria, é tratada por Maria Inês Souza (1981).

internacional, e propugnava encontrar soluções para os principais problemas que preocupavam o setor e davam fôlego aos protestos.

Em outubro de 1968, o IPES começou a discutir um projeto de pesquisa, comandado por Paulo de Assis Ribeiro, seu diretor de Estudos, com o objetivo de detectar entraves enfrentados pela relação entre governo e empresas, para o qual se convidariam entidades corporativas a participar financiando partes específicas do estudo. Em março do ano seguinte, estavam em análise as propostas do Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro e do Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais, que negociaram por dois meses; em abril, o Instituto começou a discutir com a PUC/RJ e em seguida com a Confederação Rural Brasileira (CRB) a extensão do projeto à pecuária bovina, tanto em nível federal quanto estadual; e também seriam procurados o Sindicato dos Gráficos da Guanabara, a Confederação Nacional da Agricultura e o Banco Nacional de Habitação.

Com o propósito de conseguir apoio para a pesquisa, em julho foram realizadas entrevistas com o senador Flávio da Costa Brito e com Manoel Nascimento Brito, diretor do *Jornal do Brasil*, e no mês seguinte foi tentada uma reunião com o jornal *O Globo*. Ações nas quais ficavam expostas as dificuldades enfrentadas para concretizar os acordos, que, por sua vez, evidenciavam a perda de influência por parte do Instituto.

Um estudo visando fusionar os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em um “superestado” foi uma das últimas propostas analisadas por membros do IPES/GB que registramos. Para levá-lo adiante, criou-se um Grupo de Trabalho denominado “Rio de Janeiro-Guanabara”, que teve como chefe José Duvivier Goulart.

Também a atividade editorial começou a declinar. Em janeiro de 1968, foi dissolvida a Biblioteca, passando o CB a ter assento na Fundação do Livro Infantil e Juvenil, e, embora o número das publicações se mantivesse estável, registrou-se uma excessiva dispersão temática, principalmente dedicada à medicina e à psicologia, circunstâncias que manifestam os problemas estratégicos do Instituto, mesmo que a tática rendesse frutos no aspecto monetário e, talvez, como cunha no movimento estudantil, pelo fornecimento gratuito ou a baixo custo desses materiais.

Igualmente, os auxílios provenientes de fontes estrangeiras decresceram paulatinamente, de forma particular depois de 1968, e tenderam a mudar de características, passando a assistência a ser

fornecida por parte de vários fundos de financiamentos de pesquisas, com uma aparência mais neutra, ou por organismos internacionais.

Os problemas vividos pelo IPES logo se traduziram financeiramente, sendo os infortúnios originados por questões imobiliárias os mais prejudiciais, já que coincidiram com uma sensível escalada inflacionária. O primeiro teve início no final de 1965 e se referia a um pleito com a locadora das salas onde funcionava a sede do Instituto, devido a uma diferença nos valores do reajuste e quanto à lei a ser aplicada para resolvê-la.

Os desentendimentos agravaram-se em julho de 1966, nas negociações de um novo contrato, acentuando-se ainda mais as divergências entre as partes, o que determinou à locadora a promover uma ação de despejo contra o IPES/GB. O juiz ditou, em março do ano seguinte, uma sentença desfavorável contra o Instituto, a qual foi recorrida pela entidade em segunda instância, tendo desistido de tal recurso em agosto de 1967.

Além de gastar onerosas somas no processo, o litígio foi detonante de outra infeliz decisão, que potencializaria o problema. Os diretores adquiriram em parcelas um imóvel em um condomínio que começava a ser construído, para o que esperavam contar com a boa-vontade de seus sócios, mediante a subscrição de uma lista especial de contribuintes.

Percebendo as dificuldades para honrar seus compromissos, a Diretoria tentou realizar uma permuta ou vender os direitos adquiridos, mas desistiram e, obrigados a encarar a compra, o IPES/GB precisou fazer frente ao pagamento de parcelas que cresciam constantemente e de pesadas custas para sua escrituração, circunstância que ocasionou outros inconvenientes no momento de efetivar o registro do imóvel.

Esses compromissos originaram, muitas vezes, a confluência de vencimentos que, não podendo ser honrados, provocava o atraso no pagamento do aluguel das salas e/ou das parcelas do condomínio, razão pela qual o IPES/GB foi acumulando um considerável passivo, precisando, em março de 1971, tomar um empréstimo do Banco Crédito Real de Minas para saldá-lo, recurso que despertaria novamente a idéia de vender o imóvel.

A frondosa folha de pagamento foi outro dos obstáculos. Parte do problema se originava no aumento dos salários, que apesar de estar ainda muito abaixo da inflação, ficava acima do aumento da receita do

Instituto. Em fevereiro de 1967, havia-se adquirido um passivo trabalhista, não especificado, razão pela qual a Diretoria contratou um Superintendente para se ocupar da reestruturação e manejo do pessoal. Para 1968 o quadro de funcionários contava com um total de 22 pessoas com carteira de trabalho assinada, que comprometiam 45% da receita do Instituto, momento a partir do qual observamos uma pronunciada diminuição de seu número.

Esse fato serve de termômetro para medir a crise pela qual passava o Instituto, mas não foi a única, nem sequer a mais importante de suas causas, já que elas radicaram, em essência, na incapacidade demonstrada pelo IPES/GB e pela maioria de seus congêneres de adequar sua estrutura e ação aos novos ventos¹⁵, os quais demandavam uma instituição com características diferentes daquelas que tempo atrás lhe tinham dado origem e fôlego.

Os aumentos experimentados nas despesas, provocados principalmente por compromissos de grande porte e a escalada inflacionária que se acentuava, não puderam ser compensados com um aumento equivalente dos ingressos. Embora o quadro social de 1967 fosse mais ou menos equivalente aos de anos anteriores, composto por 123 pessoas jurídicas e 218 pessoas físicas, eles dificilmente aumentavam suas contribuições de *motu proprio* e, a partir de 1968, alguns sócios começaram a se distanciar.

A causa desse processo estava na incapacidade do Instituto de criar uma estrutura independente de intelectuais profissionais que tomassem conta das atividades acadêmicas, gravitando em excesso em torno de um grupo de empresários, secundado em suas funções administrativas e, às vezes diretivas, por um grupo de militares reformados que, não obstante terem contatos fluídos com seus colegas no poder, não pareciam ser os mais capacitados para se encarregarem de certas tarefas, como a estratégia global dos cursos, incorrendo repetidas vezes em ações pouco apropriadas ou decididamente erradas, as quais selariam sua sorte, como prova a migração do CURSEF para a FGV, em 1969.

Esses problemas poriam fim à existência do IPES. Em abril de 1971, autoridades do Instituto apresentaram um plano para encerrar suas atividades. Estatutariamente a dissolução podia ser adotada pela maioria

¹⁵ O livro de Maria Rita Loureiro (1994) retrata essa transformação, que não é apenas brasileira.

absoluta dos associados em Assembléia Geral; enquanto que a desmobilização por tempo indeterminado podia ser assumida por um terço dos mesmos. Finalmente, a Diretoria decidiu-se por esta última alternativa a partir do dia 30 de junho de 1971, deixando apenas em funcionamento a estrutura necessária para garantir os procedimentos finais, decretando, assim, morte vegetativa do Instituto.

CONCLUSÃO

Com a crise do modelo substitutivo, no final da década de 1950 e, sobretudo, na primeira metade da de 1960, se desencadearam profundas transformações, que provocaram a desestruturação de antigos e a emergência de novos atores, procedendo-se a uma redistribuição de seus pesos econômico, social e político, transformando algumas das pré-condições nas quais se estabelecia o jogo até aquele momento num complexo processo de mudanças caracterizado por novos conflitos.

Esses conflitos sociais tiveram um renovado vigor e se estabeleceram em nível político nacional de forma mais ou menos generalizada, constituindo, assim, uma crise de hegemonia, já que o controle da classe dominante foi contestado, sem que ela pudesse mantê-lo pela via do consenso, tendo que recorrer, em última instância, ao uso da força para restabelecê-lo.

Com o aumento da concorrência e dos conflitos entre e intra-classe, as elites tiveram que se organizar melhor para participar com sucesso da luta política. Além de reforçarem algumas das organizações corporativas de velho cunho, os empresários criariam outras novas, como o IPES, com estruturas mais apropriadas para a luta ideológica, já que aquelas demonstravam certa rigidez, difícil de ser contornada, para alcançar esse objetivo. Entre esses inconvenientes, podem ser destacados, a maior exposição pública, menor coesão ideológica, derivada, em parte, de divisões internas e alta intromissão por parte do Estado.

Para adequar suas estruturas, essas novas organizações tenderam a recrutar uma quantidade importante de membros com características semelhantes, assim como vincular outros segmentos, que seriam vitais nesse confronto, como demonstramos ao analisar a composição do Instituto.

A participação de militares, representando setores ou individualmente, e burocratas de alto escalão demonstra a interação

estratégica entre civis e militares, que procurava imbricar os interesses da burguesia local com os do Estado e os das Forças Armadas. Característica potencializada e, inclusive, institucionalizada com a criação da ESG.

No entanto, sua participação não era horizontal, existiam distintos tipos de compromissos, os quais podiam respeitar escalas hierárquicas anteriores, estabelecendo-se uma pirâmide cuja cúpula tendia a se perpetuar no comando, destacando-se a ação do que podemos qualificar de pais fundadores. Eles se manifestaram como artífices iniciais e em torno deles se nuclearam um punhado de homens, que cristalizaram um corpo dirigente extremamente estável.

Esta característica obedece a um fenômeno estudado por Robert Michels (1996), que o definiu como a “lei de ferro da oligarquia”. Segundo sua concepção, essas minorias se revelam importantes na hora de consolidar a estrutura de uma organização, mas com o passar do tempo podem se transformar em empecilhos que dificultam sua renovação e adequação aos novos tempos, ossificando-as. Esse entrave se revelou fatal no caso do IPES, já que seu corpo dirigente se mostrou incapaz de se adequar à nova realidade sem experimentar variações significativas em sua composição. A maior parte das modificações estruturais produzida na entidade foram de enxugamento, tanto pela cisão das seccionais como pelo corte de organismos internos.

Os grupos tinham objetivos definidos que implicavam no desenvolvimento de diversas atividades para sua consecução. Diferentemente das organizações corporativas de velho cunho, essas organizações utilizaram em sua forma de agir uma nova gama de ações, que o caráter privado e sua maior homogeneidade ideológica entre os associados permitiam.

Como o conflito ideológico se converteu numa das frentes de batalha mais importantes, a construção de um discurso mais ou menos homogêneo, que legitimasse as pretensões de grupo seria uma de suas tarefas primordiais. Mediante esse mecanismo, os empresários podiam apresentar seus interesses particulares como se fossem o interesse geral e assim justificá-los, possibilitando, dessa forma, uma construção hegemônica.

Essas organizações tomaram a luta ideológica como um aspecto central do confronto social e passaram a pensar a si mesmas como um baluarte nesse sentido. Necessidade decorrente das dificuldades dos empresários para realizar sozinhos uma tarefa desse tipo e a inadequação

das entidades corporativas para esse fim, demasiado pressas e identificadas com a defesa de interesses particulares e conflitos internos.

A especialização da produção de conhecimento demandou a participação de pessoal específico, que pudesse dar conta dessa atividade. Os tecnocratas passaram a ocupar um lugar central na elaboração do discurso e até das práticas políticas cotidianas, convertendo o experto num elemento chave que foi substituindo, paulatinamente, o burocrata tradicional.

Com esse fim, as organizações requisitaram os serviços de/ou a capacitação de um conjunto amplo de indivíduos tecnicamente competentes para que traduzissem os interesses e desejos dos empresários como enunciados cientificamente aceitos e, dessa forma, encontrar-lhe um marco de legitimidade, assumindo, caso fosse necessário, sua implementação.

Deu-se, desse modo, uma inter-relação simbiótica entre empresários e intelectuais, na qual cada um colocou à disposição da organização seu capital disponível, ainda que a delimitação de tarefas entre eles não seja tão clara no começo.

Essa construção foi difícil, experimentando avanços e recuos, mas tendo um norte claramente definido. De forma geral, podemos delimitar dois períodos. O primeiro, caracterizou-se pela construção de um discurso amplo, imbricando diferentes fontes de legitimação e, o segundo, foi dominado principalmente pelo discurso racionalista, sob viés economicista, que dispensava outras fontes de legitimação.

Assim, podemos entender melhor alguns eventos que separadamente não tem o mesmo sentido, por exemplo a participação da Igreja em atividades do IPES. Dessa maneira, percebe-se que a construção discursiva e as práticas políticas por parte do Instituto não são algo isolado, elas encontram-se engajadas numa construção muito mais ampla, com múltiplas interações que as reforçam. A defesa da propriedade privada se insere na custódia da cultura nacional de caráter ocidental e cristão, por oposição ao comunismo, de fundamentos ateus e internacionalistas.

É interessante notar que a invocação cristã não inclui nenhum outro qualificativo que faça alusão alguma às distintas vertentes nas quais esta religião milenar se encontra dividida. Assim, ela serve como gigantesco guarda-chuva que pode abrigar tanto as variantes católicas, majoritárias no Brasil, quanto as protestantes, predominantes nos Estados

Unidos e noutros países capitalistas avançados. Dessa forma, limitava-se habilmente algum tipo de atrito que pudesse surgir neste sentido e mantinha-se aberta a possibilidade de receber e dar colaboração de ambos os lados.

Em contrapartida, a vertente conservadora católica manteve relações fluidas com este tipo de organizações e participou ativamente da vida política como propaladora de idéias favoráveis a uma ordem capitalista com um tom mais humanitário, como forma de contenção do comunismo, inclusive alentando e legitimando os golpes de Estado.

No entanto, esse recurso de legitimação iria se diluindo com o passar dos anos, seja pela substituição por outros discursos ou pelo paulatino distanciamento por parte da hierarquia da Igreja católica em relação aos governos autoritários e às suas políticas econômicas.

Essa não era apenas uma tendência brasileira nem apenas latino-americana. Tanto o keynesianismo como seus contendedores monetaristas requeriam complexos modelos que necessitaram pessoal técnico especializado para sua elaboração e interpretação, em particular com o novo tramado das finanças e agências de cooperação internacionais, que submetia os países e suas elites tecnocráticas a exaustivos monitoramentos e táticas de disciplinamento para ingressar ou se manter em determinados programas, visível no papel desempenhado por agências governamentais e até mesmo fundações dos Estados Unidos.

As atividades desse tipo de organizações foram importantes durante a década de sessenta, possivelmente alentada pelo temor da Revolução Cubana. No entanto, para o final da 1960, em particular depois de 1968, os impulsos decresceram paulatinamente e tenderam a mudar de características, passando a assistência a ser fornecida por parte de vários Fundos, com uma aparência mais neutra, ou organismos internacionais, como o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual a presença visível do Colosso do Norte se dilui, mas não a força de sua ação invisível.

Essa mudança de estratégia poderia obedecer ao fato de que o comprometimento de uma ajuda direta seria demasiado perigosa, já que deixava muitas evidências que poderiam ser usadas por grupos opositores para alimentarem ainda mais o sentimento anti-americano.

No entanto, o deslocamento da tecnocracia para o centro da cena colocava um problema vital, devido ao fato de que suas origens sociais pudessem ser diferentes das da classe dominante era necessário construir

ligações que assegurassem sua obediência, impedindo que esses agentes tomassem ares de liberdade. Em princípio os golpes militares pelo uso da força afastaram essa possibilidade, mas, a reconstituição do consenso, a longo prazo, iria requerer novas formas de engajamento. A preocupação em manter sigilo sobre determinadas atividades, demonstra-nos as exigências deste particular exercício do controle do poder que se utilizava de mecanismos mais sutis.

Depois de traduzidas ideologicamente, as demandas eram canalizados a nível político, através de meios diretos de ação sobre os aparelhos de Estado. Entre os mais comuns, achamos a participação direta na luta eleitoral em períodos democráticos, a utilização do parlamento, nos momentos em que ele funcionava, o alento a golpes de Estado e a provisão de membros diretivos ou técnicos, para ocupar postos importantes, como ministros e funcionários de relevância nas principais empresas e bancos estatais.

O IPES não era contrário ao regime democrático. Embora tenha apoiado o golpe de Estado e muitos de seus membros estivessem a ele associado, sua oposição se centrava essencialmente nas variantes populistas, que consideravam uma degeneração do sistema, o qual era defendido e até alentado uma vez que, depurado, passasse a servir seus interesses. Desse modo, a questão da forma como era exercida a representação política não era o problema principal, mas sim os efeitos que ela provocava.

Uma das conseqüências mais importantes de sua ação era a colonização de diversos aparelhos do Estado por interesses de grupos, ainda que amplos e, por vezes, despersonalizados, produzindo-se, quase que literalmente, uma “privatização” das instituições estatais. Dessa forma, o bloco de poder reorganizava ou tentava reorganizar o Estado e, sob seu controle, recompor sua própria posição.

Finalmente, com o passar do tempo e na medida em que as tensões enunciadas diminuíam, as atividades das classes dominantes “tornadas Estado” passavam novamente a estar encobertas, dissimuladas e transfiguradas, voltando o controle dos aparelhos de Estado às mãos de políticos profissionais ou burocratas com vinculações menos diretas, enquanto que os empresários canalizavam novamente sua ação pela via das organizações corporativas.

Não obstante, essa hipótese tornou-se de difícil demonstração, tendo que adequá-la para podermos responder nosso interrogante com

mais exatidão. Embora seja verdade que o IPES tenha entrado em crise em 1967, momento em que a economia brasileira ingressava nos trilhos que desembocariam no “Milagre Econômico”, que, por sua vez, conduziu ao paulatino restabelecimento da hegemonia exercida pela burguesia, liderada pela ala paulistana, ainda existiam conflitos importantes dentro da sociedade, sobretudo aqueles que se expressavam no interior das classes dominantes, circunstância que poderia nos explicar a sobrevivência por mais tempo do IPES/GB em relação ao IPES/SP.

As razões do fracasso do IPES em prolongar sua vida estão centradas na dificuldade evidenciada em transformar seu perfil para adequá-lo às novas circunstâncias, criando uma estrutura que fosse capaz de substituir seu objetivo inicial, encontrando novos alvos a perseguir.

A produção ideológica ficou severamente limitada entre 1966 e 1967, a não ser em relação a questões isoladas, tendo o Instituto dificuldades para competir de forma êxitosa com outros centros de pesquisas, fundamentalmente pelo fato de não contar com uma direção especializada que definisse estratégias adequadas e ao êxodo para cargos oficiais de seus mais importantes intelectuais, que não foram substituídos por novas cooptações ou pela formação de novos quadros, necessários a uma política de longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO HISTORICO NACIONAL. Carta de Garrido Torres para o General Herrera. Rio de Janeiro, 20 mar. 1962.
- ARQUIVO HISTORICO NACIONAL. IPES: temas a considerar. Rio de Janeiro, 6 jun. 1963a. (Documento, n. 4).
- Arquivo Histórico Nacional. IPES: relatório. Rio de Janeiro, 1963b.
- ARQUIVO HISTORICO NACIONAL. IPES. Rio de Janeiro, 6 jun. 1963c. (Documento, n. 1).
- ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe: 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- CORRÊA, Marcos. O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES (1962/1963). 2005. Dissertação (Mestrado)-Unicamp, Campinas, 2005.

BULHÕES, Octavio Gouvêa de. *Memória do Banco Central: Programa de História Oral do CPDOC/FGV*. Brasília, DF: Divisão de Impressão e Publicações do Departamento de Administração de Recursos Materiais do Banco Central do Brasil, 1990. Depoimento.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, 26 de junho de 1963.

IPES BOLETIM MENSAL, Rio de Janeiro, julho de 1965. p. 3-5. Editorial.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

MICHELS, Robert. *Los partidos políticos*. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

RAMIREZ, Hernán. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. 2005. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. *Corporaciones en el poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina*: IPES, FIEL y Fundación Mediterránea. Buenos Aires: Lenguaje Claro Editora, 2007.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 64*. Petrópolis: Vozes, 1981.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.